Humanidades & Inovação

SLOGANS EM ECOPONTOS DE MOÇAMEDES: RESPONSABILIZAÇÃO DOS CIDADÃOS EM CAMPANHAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SLOGANS AT MOÇAMEDES RECYCLING POINTS: CAMPAIGNS OF ENVIRONMENTAL EDUCATION TO RESPONSIBILIZE CITIZENS

André Campos Mesquita
Professor do Instituto de Letras do Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9896-9378
E-mail: andre.mesquita@uerj.br

Valdir Heitor Barzotto
Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP)
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1564-9550
E-mail: barzotto@usp.br

Daiane Nazário
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1656-7055
E-mail: daiane.nazario94@gmail.com

Anelize Queiroz Amaral
Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9534-572
E-mail: anelizeamaral@utfpr.edu.br

Gil Francisco Sabonete Cumena
Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Namibe. Moçâmedes, Angola
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-2330-6796
E-mail: ggilcumena73@gmail.com

Resumo : *Este artigo tem como objetivo apresentar e aplicar um dispositivo metodológico para a análise discursiva de campanhas de conscientização ambiental, evidenciando como a ideologia se materializa na linguagem. O corpus é constituído por enunciados inscritos em muros de Ecopontos na cidade de Moçâmedes, em Angola. O aporte teórico-metodológico fundamenta-se na Polifonia, na Teoria da Argumentação na Língua, na Análise do Discurso de filiação materialista e na Semântica Enunciativa, mobilizando conceitos como assujeitamento, polifonia, memória discursiva e silenciamento. O percurso analítico proposto estrutura-se em etapas interdependentes: a observação da superfície textual; a identificação das instâncias enunciativas; a escavação da rede parafrástica excluída; e o mapeamento da Formação Ideológica. A aplicação do dispositivo demonstra que as formulações analisadas são perpassadas pela racionalidade neoliberal, promovendo a responsabilização individual extrema do cidadão mediante um léxico moralizante e empreendedor. Conclui-se que esse arranjo discursivo opera um duplo silenciamento estratégico: apaga a responsabilidade macroestrutural das matrizes corporativas e do Estado frente à crise de resíduos e, simultaneamente, interdita a articulação coletiva, isolando o sujeito e inviabilizando o enfrentamento sistêmico. O método revela-se, assim, uma ferramenta fecunda para desnaturalizar as evidências do discurso e repensar o foco das práticas em Educação Ambiental.*
Palavras-chave: *Análise do Discurso; Semântica Enunciativa; Educação Ambiental; Racionalidade Neoliberal; Silenciamento.*

Abstract : *This article aims to present and apply a methodological device for the discursive analysis of environmental awareness campaigns, highlighting how ideology materializes in language. The corpus consists of utterances inscribed on the walls of Ecopoints in the city of Moçâmedes, Angola. The theoretical-methodological framework is grounded in Polyphony, the Theory of Argumentation within Language, materialist Discourse Analysis, and Enunciative Semantics, mobilizing concepts such as subjectivation, polyphony, discursive memory, and*

silencing. The proposed analytical path is structured in interdependent stages: the observation of the textual surface; the identification of enunciative instances; the excavation of the excluded paraphrastic network; and the mapping of the Ideological Formation. The application of the device demonstrates that the analyzed formulations are permeated by neoliberal rationality, promoting extreme individual accountability of the citizen through a moralizing and entrepreneurial lexicon. It is concluded that this discursive arrangement operates a double strategic silencing: it erases the macro-structural responsibility of corporate matrices and the State regarding the waste crisis and, simultaneously, it prohibits collective articulation, isolating the subject and making systemic confrontation unfeasible. The method thus proves to be a fertile tool to denaturalize the evidences of discourse and rethink the focus of practices in Environmental Education.
Keywords: *Discourse Analysis; Enunciative Semantics; Environmental Education; Neoliberal Rationality; Silencing.*

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar um modelo metodológico de análise linguística, estruturado passo a passo e fundamentado na Análise do Discurso (AD), voltado para pesquisadores da Educação Ambiental (EA). O foco desta proposta é oferecer um instrumental analítico para o trabalho com produções linguísticas de interesse para este campo de estudos.

Não se tem a pretensão de revelar novidades empíricas sobre problemas ambientais, como inovações no descarte de resíduos ou conservação, tampouco busca-se prescrever normativas sobre como o profissional e o educador ambiental devem atuar em sua prática cotidiana. Trata-se de uma contribuição focada na leitura e na investigação dos sentidos, distanciando-se de propostas de intervenção pedagógica direta ou de cartilhas de atuação profissional.

O presente texto resulta de uma demanda feita por pesquisadores da área de Educação Ambiental, surgida durante as atividades do II Seminário Socioambiental, realizado em 2024 na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). No evento, foi conduzida uma oficina que apresentava o modelo de investigação da AD aplicada a um *corpus* específico da área – uma materialidade que sustenta sentidos altamente propícios para serem explorados em trabalhos de EA. É justamente esse *corpus* que servirá de objeto para as análises desenvolvidas neste artigo.

Na oficina, o emprego da teoria e da metodologia da AD permitiu aos participantes alcançar resultados muito próximos àqueles já consolidados pelos estudos socioambientais. Tal convergência se deu, no entanto, por meio da análise da materialidade linguístico-discursiva, ou seja, por uma via epistemológica distinta da que é usualmente empregada pelos pesquisadores da área.

Essa convergência tem uma dupla relevância científica, pois tanto valida as conclusões já estabelecidas pelas pesquisas em EA, demonstrando que seus achados se sustentam quando interrogados por outras bases teóricas; quanto destaca o potencial da AD para operar em diversos campos do conhecimento. Portanto, a inovação oferecida por este artigo é o da consideração do discurso, enquanto conceito teórico, como parte importante para as discussões em EA.

As reflexões aqui propostas vinculam-se às ações da Rede Internacional de Extensão Universitária (RIEU) e do Programa Sala Verde (UTFPR), cujo escopo é a cooperação acadêmica e a promoção do diálogo participativo frente às questões climáticas. Foi nesse contexto que ocorreu o II Seminário Socioambiental Angola–Brasil. Nesse evento, por meio do intercâmbio com pesquisadores da área, consolidou-se a demanda por um referencial metodológico que auxiliasse na desconstrução crítica de campanhas que pretendem ser educativas, o que motivou o desenvolvimento desta pesquisa.

Para esta análise, tomou-se como *corpus* os enunciados recolhidos nos muros dos "Ecopontos" localizados na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, em Angola. A escolha desse material justifica-se por sua singularidade: embora os "Ecopontos" tenham sido concebidos pela administração pública como espaços para a deposição e coleta regular de resíduos, a ausência de manejo e separação adequados os converteu, na prática, em lixões a céu aberto. A contradição entre essa materialidade precária do espaço urbano e o discurso normativo inscrito nos muros despertou o interesse pela análise das frases.

A linguagem aqui não é tomada como um instrumento transparente de comunicação ou

como um espelho do real. Os enunciados são tomados como acontecimentos marcados sócio-historicamente. A análise recai sobre a materialidade linguística, buscando compreender o funcionamento das formações ideológicas e os modos como o sujeito é interpelado e significado no interior do discurso ambiental.

As abordagens para os estudos do discurso e as investigações desenvolvidas neste artigo apoiaram-se, inicialmente, na Análise do Discurso de linha francesa, especificamente nos trabalhos de Michel Pêcheux, Claudine Haroche e Paul Henry (Haroche; Henry; Pêcheux, 1971; Pêcheux, 1995). Contudo, para dar conta da complexidade da materialidade analisada, o referencial teórico mobiliza, de forma complementar, a Teoria da Argumentação na Língua, formulada por Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot (1983), abarcando também a teoria dos *topoi* e a noção de polifonia propostas por Ducrot (1987; 1988; 1989).

Para a compreensão da arquitetura deste artigo, faz-se necessário um breve esclarecimento sobre a sua estruturação. Embora o texto apresente seções específicas dedicadas ao referencial teórico e à metodologia, cumprindo o rigor acadêmico de demarcação das bases epistemológicas, diversos conceitos e instrumentais analíticos foram introduzidos e são aprofundados no decorrer das análises.

Essa decisão estrutural justifica-se pela natureza didática da proposta. Condensar toda a densidade das categorias analíticas nos capítulos preambulares, separando-as de sua efetiva mobilização na materialidade textual, criaria um abismo interpretativo. Para evitar que leitores e pesquisadores não especialistas se dispersem entre a abstração da proposta metodológica e a concretude da análise, optou-se por apresentar determinados operadores teóricos no exato instante de seu emprego. Garante-se, assim, que a eficácia do dispositivo metodológico seja demonstrada imediatamente em sua aplicação prática.

Metodologia

A constituição do *corpus* que embasa este artigo remonta ao I Seminário Socioambiental Angola–Brasil, realizado em Moçâmedes (Angola), entre maio e junho de 2023. Durante visitas técnicas aos "Ecopontos" locais (espaços destinados ao depósito de resíduos), registrou-se por meio de fotos um conjunto de frases inscritas nos muros, as quais mimetizavam o formato de campanhas que, de algum modo, têm vínculo com EA.

O intuito inicial da visitação era o levantamento de demandas socioambientais para o fomento de projetos de ensino, pesquisa e extensão via cooperação internacional. Contudo, esse material empírico tornou-se objeto de estudo e, no ano seguinte, serviu como base empírica para a oficina "Pesquisa acadêmica e Educação Ambiental: Discurso e ideologia", ministrada no II Seminário Socioambiental (Dois Vizinhos, Brasil, 2024). A referida oficina assumiu um caráter didático, visando demonstrar a pesquisadores da área ambiental a produtividade do dispositivo analítico discursivo.

O objetivo da oficina foi – além de apresentar o modelo de análise – comparar os resultados dessas análises com o que já se sabia dentro dos estudos do meio ambiente.

Tendo em vista essa trajetória, cumpre ressaltar que a proposta deste artigo não é apresentar uma análise empírica conclusiva sobre o descarte de resíduos no município africano, mas sim propor a operacionalização de um modelo de análise discursiva. Os enunciados aqui mobilizados funcionam como exemplos operatórios; eles não constituem o fim último da investigação, mas a materialidade linguística necessária para explicitar, passo a passo, o percurso analítico. O texto reproduz, portanto, o gesto demonstrativo e formativo da oficina que o originou.

Por essa razão, a organização interna do trabalho afasta-se do formato tradicional de artigos estritamente empíricos. Na perspectiva da AD, teoria, método e *corpus* configuram-se como instâncias indissociáveis. O foco recai sobre a demonstração do método em ato, evidenciando como a materialidade discursiva – tomada em suas condições concretas de produção – pode ser interrogada para revelar as formações ideológicas e os processos sócio-históricos que sustentam os dizeres. Compreender os efeitos de sentido depende dessa articulação, motivo pelo qual a descrição metodológica e a exemplificação analítica caminham juntas ao longo das próximas seções.

Referencial Teórico

O percurso teórico desenvolvido neste artigo tem como base a tradição estruturalista, que legou aos estudos linguísticos o entendimento da língua como um sistema formal e autônomo, dotado de regras próprias. Todavia, a linha da AD que compõe a base teórica deste artigo, fundamentada em Pêcheux (1995), não entende a língua apenas como estrutura; ela é estrutura e acontecimento.

Nessa perspectiva teórica enunciativa, o enunciado é compreendido como um segmento do discurso. Ao contrário da frase, o enunciado possui um lugar, uma data, um produtor e, em geral, múltiplos ouvintes ou leitores, que, no caso de nosso *corpus*, materializam-se nos transeuntes que leem as inscrições nos muros. Por convenção, o Ducrot (1989) denomina de *significação* o valor semântico da frase, e de *sentido* o valor semântico do enunciado. Sob essa ótica, o sentido de um enunciado é sempre sobredeterminado em relação à significação da frase que ele materializa. Isso implica que o sentido de um acontecimento enunciativo carrega marcas da sua enunciação (como o tempo, o espaço e as intenções argumentativas do locutor) e, portanto, jamais pode ser reduzido ao mero significado estrutural ou dicionarizado da frase.

Para Ducrot (1989), o enunciado é um fenômeno empírico e observável, um acontecimento histórico irrepetível. Por ser um evento singular, estruturalmente marcado e delimitado na história ele não ser repete. Uma mesma frase dita mais de uma vez não constitui a reiteração do enunciado, mas sim a o acontecimento de um enunciado distinto.

Se a frase "O tempo está bom" é proferida, tem-se, nesse instante, um acontecimento enunciativo. A significação da frase diz respeito a um comentário sobre a qualidade das condições climáticas; já o sentido do enunciado depende das circunstâncias em que se deu a enunciação. Se o enunciado ocorre em um fim de semana, em uma casa na praia, pode ter o sentido de um convite: "Vamos à praia?". Se é enunciado antes do embarque em um aeroporto, pode significar que a viagem tende a ser tranquila. Se a mesma frase é enunciada instantes depois, não se trata do mesmo enunciado acontecendo novamente, mas de um novo enunciado. A repetição instaura outro acontecimento enunciativo, que agrega novos sentidos. No caso da repetição, a significação da frase permanece a mesma, mas seu sentido pode passar a ser uma insistência: "Você ouviu que eu disse: o tempo está bom?"

É com base nessa teoria que as frases inscritas nos Ecopontos serão estudadas neste trabalho: não como estruturas gramaticais abstratas, mas como acontecimentos enunciativos singulares, irrepetíveis e historicamente situados.

Essa perspectiva analítica incorpora a estrutura de funcionamento da linguagem proposta por Saussure (2024), articulando-a ao acontecimento enunciativo. Sob essa ótica, o enunciado é tomado como um fato marcado historicamente, e o discurso compreendido como intrinsecamente condicionado à materialidade sócio-histórica na qual o sujeito está inserido.

O sentido se constitui no e pelo acontecimento da enunciação, estabelecido pelas relações semânticas presentes no interior do enunciado. Ele é o resultado da intersecção entre três elementos: a língua, o sujeito e as condições de produção (as situações em que o dizer se materializa). Por essa razão, a teoria da AD se afasta de concepções abstratas de língua e volta-se para a sua materialidade, operando na relação constitutiva entre a estrutura linguística e a sua exterioridade.

Para o pesquisador de outras áreas, faz-se necessário esclarecer como essas premissas operam sobre o objeto de análise. Compreender a língua como estrutura significa que as frases inscritas nos muros dos Ecopontos serão analisadas na sua materialidade, a partir de sua organização sintática e de seu funcionamento interno relativos à significação. Nesse processo, por exemplo, o "sujeito" não é o indivíduo empírico – ele não é a pessoa física que segurou o pincel e pintou a parede ou a pessoa que deu a ordem e bolou a frase –, mas uma posição inscrita na própria linguagem. O sujeito pertence à estrutura da língua e não está fora dela.

Por outro lado, incorporar a dimensão do acontecimento enunciativo implica reconhecer que o enunciado é um fato marcado na história. O discurso não flutua no vazio; ele é intrinsecamente condicionado pelas tensões socioeconômicas, políticas e urbanas que permeiam a realidade local. A escrita das frases nos muros é um acontecimento. A sua formulação e os seus sentidos são

determinados pelas condições materiais acontecimento, e não fruto da decisão ou intenção do indivíduo que as concebeu e escreveu.

O sujeito não é um indivíduo que fala de forma onisciente para dizer o que quer. Pêcheux (1995) argumenta que o sujeito é constituído no e pelo discurso, o que significa que ele não é uma entidade pré-existente com total controle e domínio sobre suas declarações. Pêcheux destaca que formações discursivas e ideológicas atravessam o sujeito, e sua subjetividade é moldada por essas influências.

A AD desloca o foco da verificação factual ou da correspondência de um enunciado com a realidade empírica, distanciando-se, assim, do que é proposto nos estudos lógicos. Em vez de atestar a veracidade ou a falsidade do que foi dito, a investigação direciona-se para a formação ideológica que sustenta e atribui sentido ao texto. Trazendo essa premissa para o nosso objeto, isso significa que não nos cabe avaliar a relação da escrita no muro com uma verdade factual. Se a frase inscrita no Ecoponto não corresponde ao que se vê na prática: um local de descarte transformado em lixão a céu aberto; essa contradição não é o limite da nossa investigação. O objetivo da análise não é verificar a correspondência ou não da frase com o real, mas investigar o que a sustenta: quais são as ideologias que estão por trás daquele enunciado? Em outras palavras, busca-se compreender quais formações ideológicas determinam a necessidade e a formulação exata daquelas frases, evidenciando os mecanismos de poder que regulam a sua produção naquele contexto urbano.

Para a análise da formação ideológica, deve-se primeiramente entender o conceito de ideologia que será empregado neste artigo. Para este estudo, será tomado o conceito de ideologia do materialismo dialético desenvolvido por Marx & Engels (2015). Pela perspectiva marxista, a ideologia é uma forma de ilusão ou falsa consciência, na qual a realidade é distorcida e as ideias são tomadas com o motor da vida real.

A ideologia atua para encobrir os conflitos entre as classes sociais, ofuscar a dominação, apresentando as distinções entre as classes como algo natural e universal. A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, uma vez que os donos dos meios de produção material (indústria, comércio, agricultura) pertencem à mesma classe dos proprietários dos meios de produção espiritual (veículos de mídia, instituições de ensino etc.).

Os meios de produção espiritual seriam então o que Althusser (1985) denominou como aparelhos ideológicos de estado (escolas, a família, igrejas, partidos políticos, entre outros). Para Althusser, existiria uma ideologia geral da qual ninguém consegue escapar. Todos os indivíduos são assujeitados pela ideologia. A ideologia intermedeia toda a relação imaginária que temos com o mundo. O indivíduo é, então, interpelado pela ideologia. Ao ser assujeitado e se reconhecer nessa matriz, ele assume uma posição-sujeito, passando a falar a partir desse lugar.

Pêcheux parte desse ponto do pensamento de Althusser. Para ele, não existe ideologia sem linguagem e não há sujeito sem linguagem. De acordo com Pêcheux (1995, p. 160)

palavras, expressões, proposições, sentenças mudam de sentido de acordo com as posições que aqueles que as empregam sustentam. Os sentidos não estão sob o domínio dos indivíduos. Os sentidos, ou representações, não são individuais ou universais, mas relativos à posição das classes. Conforme Pêcheux:

> Pode-se falar de formação ideológica para caracterizar um elemento capaz de intervir, como uma força que confronta outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem "individuais" nem "universais", mas que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras. (Haroche et al., 1971, p. 102, tradução dos autores).

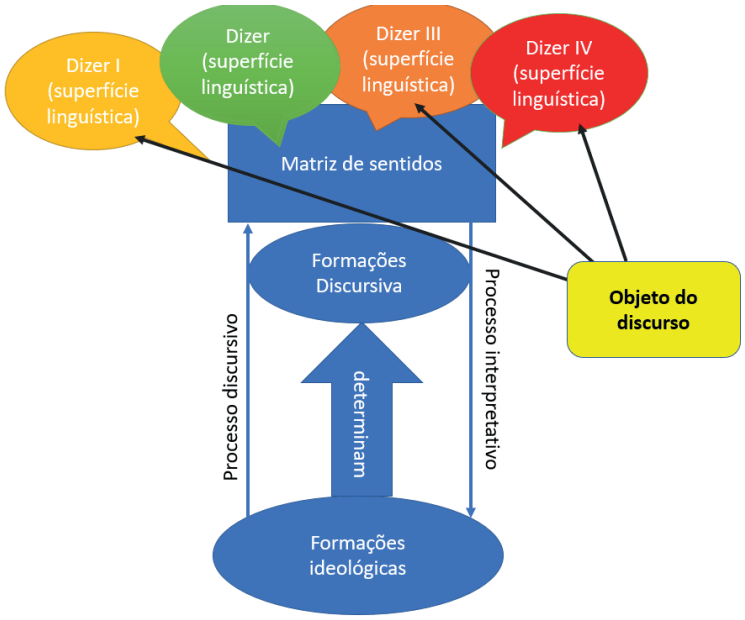
O estudo das formações ideológicas de um texto é um exercício interpretativo. O processo interpretativo faz o caminho contrário ao processo discursivo. Pois ele parte da materialidade linguística em direção à base ideológica. As formações ideológicas não são individuais nem universais; mas relacionadas às posições de classes sociais em conflito. Elas afetam e são afetadas pela conjuntura ideológica de uma sociedade em um dado momento histórico.

As formações discursivas são o conjunto de possibilidades de dizer que o sujeito do discurso tem à sua disposição. Elas são moldadas pelo contexto sócio-histórico e são determinadas pelas formações ideológicas. Desse modo, poder-se-ia definir uma formação discursiva como aquilo que determina o que pode e deve ser dito. A formação discursiva condicionada pelo contexto sócio-histórico, em uma determinada formação ideológica e conjuntura específica.

Essa perspectiva demonstra a natureza conflituosa e contextual das ideologias, ressaltando como elas emergem e se transformam a partir das interações entre diferentes forças sociais e posições de classe. Essa abordagem é fundamental para compreender a complexidade e a dinâmica das formações ideológicas e sua influência na configuração dos discursos e práticas sociais.

O diagrama na figura 1 ilustra o passo a passo da análise, partindo do que está presente na superfície linguística, ou seja, aquilo a que o falante tem acesso.

Figura 1: **Relação entre as formações ideológicas e os dizeres**



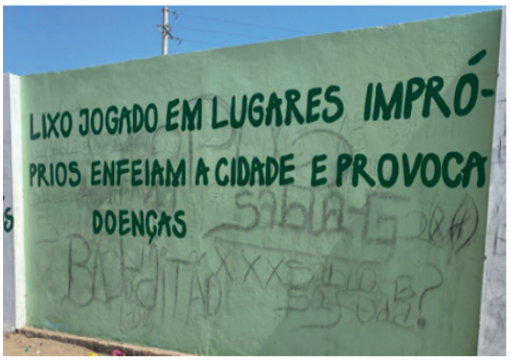
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Na superfície linguística, com destaque em verde, encontra-se o 'Dizer', isto é, aquilo que foi efetivamente materializado no enunciado. Conforme ilustra o diagrama, essa formulação não recebe uma numeração e não é apontada diretamente pelas setas do 'Objeto do discurso', justamente porque ela representa o acontecimento enunciativo singular, a materialidade que de fato ocorreu. Por outro lado, as setas que partem do quadro 'Objeto do discurso' apontam para os Dizeres I (amarelo), III (laranja) e IV (vermelho). Esses elementos numerados configuram a rede parafrástica na superfície linguística, ilustrando outras formulações que o objeto do discurso poderia assumir, mas que não se materializaram naquele acontecimento.

O ato de enunciar uma dessas formas significa, intrinsecamente, excluir outras possibilidades de expressão. Ao se materializar o 'Dizer' em destaque, operou-se o silenciamento das demais formulações possíveis (I, III e IV). Por isso, uma das etapas centrais do percurso analítico é compreender as razões pelas quais determinados dizeres foram preteridos em favor do enunciado que emergiu.

Para compreendermos o funcionamento dessa engrenagem ideológica, é preciso observar os mecanismos operantes na superfície linguística, onde se encontra o dizer tal como foi efetivamente materializado. Observe a figura 2 a seguir, coletada a partir dos ecopontos:

Figura 2: **Muro em Moçâmedes, Namibe**



Fonte: Foto tirada pelos autores (2023).

O Dizer é o acontecimento enunciativo inscrito no muro: "Lixo jogado em lugares impróprios enfeiam a cidade e provoca doenças"[1]. Nesse caso específico, a materialidade discursiva toma a forma de uma inscrição em um muro, embora o acontecimento enunciativo pudesse igualmente se manifestar por meio da fala ou em qualquer outro suporte.

Por meio do processo de paráfrase, é possível recuperar outras configurações sintáticas que o objeto do discurso poderia assumir, mas que não se realizaram, como, por exemplo: "Lixo enfeia a cidade e provoca doenças". Desse modo, teríamos:

> Dizer I: O lixo [Ø] enfeia a cidade e provoca doenças.
> Dizer: O lixo [jogado em lugares impróprios] enfeia(m) a cidade e provoca doenças.

No Dizer I (a paráfrase), o problema é atribuído diretamente ao objeto "lixo". Já no Dizer (o acontecimento enunciativo), o núcleo do sujeito não opera de forma isolada, mas é delimitado pela oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de particípio: "jogado em lugares impróprios". Essa oração subordinada é uma 'marca textual', pois ela vai modalizar os sentidos presentes no Dizer. Essas marcas são pistas linguísticas que dão suporte ao entendimento de como o sentido é construído e materializado. Elas podem ser a estrutura sintática da frese, as escolhas lexicais, os operadores argumentativos ou até o estilo da escrita. No enunciado analisado, a 'marca textual' "jogado em lugares impróprios" modifica a o sentido da frase, fazendo com que o foco deixe de estar no objeto "lixo" e passe a recair sobre a ação de descarte.

Ao qualificar o lixo com o particípio "jogado", o discurso introduz a figura do agente "aquele que joga", mesmo que ele não esteja sintaticamente nomeado. O que causa repulsa estética e ameaça a saúde não é o objeto material em si (lixo), e o peso da degradação urbana é transferido para a atitude do cidadão. A culpa pelo problema socioambiental é individualizada: o fator gerador do caos não é a mera presença do lixo, mas a conduta inadequada de quem o descarta de forma imprópria.

Esse processo de individualização da culpa produz, por sua vez, um efeito discursivo de duplo apagamento. Ao restringir o problema socioambiental ao ato final do descarte, a materialidade do enunciado não apenas isenta o poder público de sua responsabilidade estrutural quanto à gestão e à infraestrutura de coleta urbana, como também silencia as condições macroeconômicas que geram o próprio resíduo.

Apaga-se, assim, a responsabilidade da indústria na produção em larga escala e invisibiliza-se a engrenagem do modelo socioeconômico calcado no consumo intensivo. Dessa forma, poderíamos ter outras configurações de dizer, como, por exemplo:

1 Para a análise, empregaremos a concordância adaptada à gramática normativa.

Dizer III: O lixo [decorrente do consumo intensivo] enfeia a cidade e provoca doenças.
Dizer IV: O lixo [negligenciado pelo poder público] enfeia a cidade e provoca doenças.

Esses outros dizeres (I, III e IV) eram formulações possíveis. O fato de não estarem ali indica que, nessa formação discursiva, há um mecanismo ideológico em que as contradições sistêmicas inerentes ao capital e a omissão do Estado são encobertas, transferindo-se o ônus da degradação ambiental, de forma exclusiva e moralizante, para o cidadão comum.

Na materialidade linguística, o acesso imediato dá-se apenas pelo acontecimento enunciativo, o Dizer. No processo interpretativo, o analista deve reconstituir a rede de discursos que poderiam ocupar aquele espaço para entender a lógica dessa ausência. É a partir desse contraste que se torna possível identificar a 'matriz de sentidos' que condicionou a produção do enunciado.

Operando logo abaixo da superfície, encontra-se justamente essa 'matriz de sentidos', instância que contempla o horizonte de possibilidades do dizer e fornece suporte àquilo que emerge. Essas possibilidades, contudo, não são aleatórias; elas são condicionadas pelo contexto sócio-histórico, articulado por meio das 'formações discursivas'. Essas formações atuam como um filtro que delimita o que pode e o que deve ser dito em uma dada conjuntura, regulando a 'matriz de sentidos'.

No nível mais profundo e estruturante do diagrama tem-se a 'formação ideológica'. Sendo o objetivo final da apreensão analítica, a 'formação ideológica' é a instância que determina e condiciona a existência e o funcionamento de todas as formações discursivas.

Nota-se, portanto, a presença de dois vetores fundamentais. O 'processo discursivo' – responsável pela construção do discurso – parte da base ('formações ideológicas') em direção à superfície. Já o 'processo interpretativo' realiza o trajeto inverso: parte da materialidade textual e da matriz de sentidos para desvendar as determinações ideológicas. É este segundo percurso que conduzirá a análise neste artigo. Sistematizar esses passos facilita o escrutínio crítico do material, permitindo uma compreensão profunda das omissões e influências que o moldam.

A análise passo a passo: a culpabilização do indivíduo no discurso ambiental

Para dar início à apresentação do modelo analítico proposto, retoma-se a materialidade discursiva registrada fotograficamente durante as visitas aos Ecopontos. O percurso inicia-se pela observação do seguinte enunciado, inscrito em um dos muros visitados: "O lixo que jogas ao chão não fala, mas diz muito sobre quem jogou" (Figura 3).

Figura 3: **Muro em Moçâmedes, Namibe**



Fonte: Foto tirada pelos autores (2023).

A frase da Figura 3 se encontra na 'superfície linguística' do discurso. Trata-se de um enunciado concreto, do acontecimento enunciativo, que serve como o ponto de partida para o processo interpretativo.

A superfície linguística

O primeiro passo metodológico consiste na observação dessa materialidade superficial, entendendo que essa camada visível é a única instância à qual o falante (seja ele o autor ou o leitor) tem acesso imediato.

Em seguida, o analista deve buscar as 'marcas textuais', ou seja, as entradas no discurso pela materialidade da língua. No *corpus* em análise, tem-se um período composto por coordenação formado pelas seguintes orações: (a) *O lixo que jogas ao chão não fala* [...] e (b) *[o lixo] diz muito sobre quem [o] jogou*. Ambas são encadeadas pelo operador argumentativo "mas" (*a mas b*). De acordo com Neves (1984), o operador "mas" (que será analisado mais adiante) exerce a função de um coordenador interfrasal que se refere à noção de desigualdade para os segmentos entre os quais ele ocorre. Nesse caso, temos orações coordenadas adversativas.

Ducrot (1987; 1989), em sua Teoria da Argumentação na Língua, dedicou uma atenção especial a esse tipo de período composto. A análise volta-se agora para o seguinte enunciado inscrito no muro: "O lixo que jogas ao chão não fala, mas diz muito sobre quem [o] jogou" (o pronome oblíquo foi inserido para fins de clareza analítica).

Para Anscombre e Ducrot (1983), no âmbito da Teoria da Argumentação na Língua – e, mais especificamente, da teoria dos *topoi* –, o sentido de um enunciado não se reduz ao conteúdo informativo de suas partes, mas se organiza pela relação argumentativa que se estabelece entre as partes. Um segmento pode funcionar como argumento na medida em que orienta o enunciado para uma determinada conclusão.

Em um enunciado do tipo "*p mas q*", como "Eu quero sair, mas está chovendo", os dois segmentos não possuem o mesmo peso argumentativo. O primeiro (p) "eu quero sair" orienta para uma conclusão possível, a de que o locutor sairá. No entanto, o segundo segmento (q) "está chovendo" introduzido pela conjunção adversativa, reorienta o enunciado em direção contrária, isto é, para a conclusão de que o locutor, apesar de querer sair, provavelmente não sairá.

A adversativa (*p mas q*), nesse caso, não apenas contrapõe duas informações, mas estabelece uma hierarquia argumentativa entre elas: o segundo segmento funciona como argumento decisivo para a conclusão sugerida pelo enunciado. Essa orientação se altera quando a organização é modificada, como em "Está chovendo, mas eu quero sair" ou "Apesar de estar chovendo, eu quero sair", casos em que a chuva aparece como obstáculo, mas não como o elemento que determina a conclusão principal.

Na frase analisada, o enunciado é constituído por dois segmentos articulados por coordenação adversativa. A segunda oração, introduzida pela adversativa, não apenas acrescenta uma informação à primeira; ela produz um contraponto que reorienta a leitura do segmento inicial e redefine seu peso argumentativo.

Sob a ótica de Ducrot, o primeiro segmento (p) "O lixo não fala" opera como um argumento para o segundo (q) "mas diz muito". O sentido da expressão "diz muito" só pode ser compreendido quando se toma a relação estabelecida entre essas duas orações. Nesse enunciado específico, o "dizer" adquire uma força argumentativa maior que "falar". Se as orações estivessem organizadas sob outra articulação, por exemplo, "O lixo não fala nem diz nada", o verbo "dizer" assumiria outra orientação, não estabelecendo uma relação de oposição com "falar".

Contudo, na materialidade do texto inscrito no muro, o operador interfrasal "mas" opõe o "falar" (o ato físico da fala articulada, do qual o lixo é logicamente incapaz) ao "dizer" (o ato de comunicar, significar e revelar). Nessa construção adversativa típica, a maior força do argumento recai necessariamente sobre o segmento (q) introduzido pelo "mas". O enunciado constrói, assim, o sentido de que a atitude do descarte comunica e denuncia o caráter do indivíduo de forma muito mais contundente e verdadeira do que qualquer palavra falada.

Para Ducrot (1987), todos os enunciados são fundamentalmente polifônicos. O sentido de um enunciado não se limita à verdade de um autor empírico dotado de unicidade, que de modo

onipotente toma a palavra para dizer o quer. Pelo contrário, a enunciação é um palco onde diferentes vozes se cruzam. A polifonia é a maneira "[...] como a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos – ao(s) interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral". (Koch, 2011, p. 140).

Nessa dinâmica, distinguem-se no interior do enunciado, as figuras do locutor e do enunciador. O locutor (L) é o ser de discurso, o sujeito inscrito no texto e presumido como responsável pela enunciação. Já os enunciadores (E) não são seres com palavras, mas sim instâncias abstratas, "pontos de vista" ou perspectivas que são convocadas e encenadas pelo locutor dentro do próprio discurso.

Ao afirmar que "o lixo não fala, mas diz algo", o locutor incorpora e orquestra pontos de vista (enunciadores) distintos. Para que haja polifonia, o locutor encena perspectivas que dialogam com a *doxa* (a opinião comum). O pressuposto subjacente ao senso comum de que "lixo é apenas lixo e não transmite mensagem alguma" funciona como um ponto de vista contra o qual o locutor se insurge.

Desse modo, o locutor (L) organiza os seguintes pontos de vista (enunciadores) na superfície textual:

- **Enunciador 1 (E1):** Perspectiva de que o *lixo não fala* (realidade literal, senso comum).
- **Enunciador 2 (E2):** Perspectiva de que o *lixo diz muito sobre o sujeito que o jogou* (uma comunicação implícita, de caráter moral e acusatório).
- **Enunciador 3 (E3):** Perspectiva prévia e refutada de que o *lixo nem fala, nem diz nada* (realidade literal, senso comum).

Ao estruturar o enunciado com o operador argumentativo "mas", o locutor (L) assimila o ponto de vista de E1, mas adere argumentativamente ao ponto de vista expresso por E2, orientando o sentido para a acusação. Ao contrastar a ausência de fala literal ("não fala") com a comunicação indireta do ato ("diz"), L distancia-se do senso comum (E3) e instaura a responsabilização moral pela ação.

Conforme Houaiss (2001), o verbo *falar* em sua acepção intransitiva denota o ato de "exprimir por meio de palavras". O dicionário ilustra esse uso com o exemplo "O doente mal falava", no qual a ênfase recai sobre a capacidade de articular palavras, isto é, o ato físico e fisiológico da comunicação verbal. Ao se afirmar que "O lixo não fala", constata-se a inabilidade literal do objeto inanimado de produzir voz. Em contrapartida, na oração "mas diz muito sobre quem jogou", o verbo "dizer" instaura uma dinâmica semântica distinta. Conforme também registra Houaiss (2001), "dizer" pode assumir o sentido de "discorrer, conversar, contar". A distinção é precisa: de acordo com Vilela (2020), enquanto "falar" remete à mecânica do ato comunicativo, "dizer" desloca o foco para o conteúdo da mensagem e para o sentido produzido. Nesse contexto, o lixo "diz" ao transmitir, de forma implícita, uma informação reveladora e acusatória sobre o sujeito responsável pelo descarte.

O operador argumentativo "mas" é empregado para produzir um efeito de antítese, articulando duas noções aparentemente opostas: a incapacidade física de falar e a potência de comunicar. Desse modo, instaura-se a ideia de que as ações comunicam informações ou valores de maneira indireta, evidenciando que a mera presença do lixo no chão emite uma mensagem sobre a pessoa que o descartou.

Essa arquitetura argumentativa funciona como uma ação empreendida pelo locutor (L) para incidir negativamente sobre a imagem pessoal do interlocutor. O ato de jogar lixo deixa de ser uma mera infração material e passa a ser um fator de qualificação e responsabilidade moral. A frase opera, portanto, como um instrumento de responsabilização do indivíduo por seu comportamento social, o que permite inferir as seguintes premissas:

a) O sujeito é interpelado como senhor de seus atos;

> b) Há uma regra externa que deve ser internalizada pelo indivíduo;
> c) Contrariar essa norma qualifica o sujeito negativamente perante a sociedade;
> d) O sujeito assume uma posição em que pode tanto qualificar o outro quanto ser qualificado.

Isso autoriza também o interlocutor a julgar uma pessoa por sua atitude, influenciando no respeito do indivíduo diante da comunidade. A frase carrega um julgamento moral ou ético, sugerindo que o ato de jogar lixo no chão revela características negativas sobre o caráter ou os hábitos de quem o fez.

Pode-se apreender que o enunciado desloca o peso da responsabilidade inteiramente para o indivíduo, significando o descarte inadequado como fruto exclusivo de uma ação voluntária. Institui-se, assim, um raciocínio de causa e efeito: 'caso os preceitos fossem cumpridos por todos, a questão ambiental estaria resolvida'. A regra converte-se em um imperativo moral. Essa arquitetura textual tende a evidenciar um projeto educativo voltado a isolar o sujeito, apagando a complexidade dos fatores macroestruturais envolvidos na cadeia dos resíduos. Consequentemente, o cidadão que absorve e reproduz essa norma passa não apenas a sentir-se moralmente superior aos seus pares, mas também consolida uma identificação ideológica com a formação discursiva hegemônica responsável por prescrever a regra.

Objeto discursivo

Após o mapeamento das marcas textuais, o passo analítico seguinte visa reconstituir a rede parafrástica silenciada em torno do objeto discursivo. Trata-se de identificar os dizeres que não foram enunciados, mas que orbitam e disputam o mesmo eixo temático. O analista deve interrogar o silêncio, pois aquilo que foi apagado ou deixado nas entrelinhas é tão determinante para a compreensão do discurso quanto a própria superfície textual.

Ao se examinar a formulação em questão, nota-se que a responsabilização moral do indivíduo pelo descarte atua como uma cortina que ofusca outras instâncias estruturais inerentes à problemática. O enunciado apaga a responsabilidade da cadeia produtiva, invisibilizando a culpa primária das indústrias frente ao ciclo de vida e à logística dos resíduos que elas mesmas geram.

Ao circunscrever a responsabilidade à conduta do sujeito, a materialidade da frase *"O lixo que jogas ao chão não fala, mas diz muito sobre quem jogou"* deixa deliberadamente de fora a responsabilidade coletiva e sistêmica (infraestrutura, serviços e políticas públicas), bem como a responsabilidade corporativa (indústrias e engrenagens de mercado). Com base no silenciamento evidenciado no passo anterior, a rede parafrástica excluída que poderia complementar o enunciado ("...diz muito sobre...") abrangeria:

> a) os estabelecimentos comerciais que vendem produtos como as embalagens que geram resíduos.
> b) as empresas que não fazem gestão dos resíduos de seus produtos após o consumo.
> c) o sistema de produção do capitalismo avançado, baseado na exacerbação do consumo e do descarte. d) a multiplicação da riqueza que se tornou objetivo da produção capitalista.
> e) as classes sociais que enriquecem com o consumo supérfluo de bens, com a subutilização de mercadorias e com o uso perdulário do sistema produtivo.

O silenciamento

O terceiro passo do percurso analítico consiste em compreender a funcionalidade desses dizeres ausentes na economia do discurso. É preciso interrogar esses silenciamentos para entender

como eles condicionam a mensagem que foi efetivamente materializada. Neste ponto, o processo discursivo não visa revelar as "intenções" conscientes de um autor empírico, mas sim desvelar os efeitos de sentido e as determinações ideológicas que operam subjacentes ao texto.

A observação dessa ausência demonstra que a frase ancora a solução para o acúmulo de resíduos exclusivamente na livre iniciativa e na autodeterminação individual. Nessa formulação, a responsabilidade pelo lixo é desvinculada do modelo de produção e ressignificada como uma mera falha moral do indivíduo. Opera-se, assim, um deslocamento discursivo marcante: a transferência do eixo social para o eixo íntimo. A causa e a solução de um problema de base macroestrutural são, portanto, enquadradas na estrutura psíquica e comportamental do sujeito.

A partir dessa constatação, a análise encaminha-se para a identificação da Formação Discursiva à qual esse enunciado se filia. O mapeamento da Formação Discursiva permite apreender o conjunto de regras, regularidades e convenções que governam a produção de determinados discursos em um contexto sócio-histórico específico. Na perspectiva adotada, são justamente as relações estabelecidas entre enunciados aparentemente dispersos que configuram a matriz discursiva, determinando as posições que os sujeitos podem ocupar e os sentidos que podem ser mobilizados.

A Formação Discursiva

O quarto passo analítico requer a compreensão de que nenhum discurso atua de forma isolada; ele se insere em uma complexa cadeia discursiva. Ao se filiar a uma Formação Discursiva, o enunciado estabelece relações de determinação recíproca com outros discursos, quer sejam anteriores, simultâneos ou antecipados, configurando o que se denomina interdiscurso.

O sentido e o sujeito não são instâncias separadas ou independentes que recebem o impacto dessa cadeia discursiva de forma passiva. Pelo contrário, eles são co-constitutivos. O sentido só existe na medida em que interpela e constitui uma posição de sujeito; simultaneamente, o sujeito só emerge ao se assujeitar a essa rede de sentidos.

Essa cadeia opera por meio de uma constante retroalimentação ancorada no silenciamento. Quando um discurso é materializado no acontecimento enunciativo (intradiscurso), ele recorre ao arquivo histórico do que já foi dito e autorizado (a memória discursiva). O Locutor ampara-se nessa cadeia prévia para legitimar a sua fala. Contudo, ao fazê-lo, ocorre um duplo movimento: o locutor atualiza e reforça o sentido hegemônico, promovendo, simultaneamente, o apagamento do outro.

Toda vez que se aciona o arquivo para enunciar e legitimar um dizer, o discurso ativamente silencia a rede parafrástica divergente. Ao inscrever a regra moral no muro, por exemplo, o enunciado não apenas retroalimenta a formação discursiva de culpabilização do indivíduo, mas apaga e invisibiliza sistemicamente os discursos sobre a responsabilidade corporativa.

Por meio do jogo de forças que se estabelece entre o discurso materializado e a rede parafrástica silenciada, torna-se possível apreender as regras que determinam e condicionam as possibilidades de dizer. O enunciado centraliza a culpabilização inteiramente no sujeito; opera-se um apagamento orientado da estrutura produtiva do capitalismo como matriz geradora dos resíduos. Do mesmo modo, invisibiliza-se a acumulação de riqueza propiciada por essa mesma engrenagem. Assim, no interior desse discurso, a produção e o acúmulo de lixo urbano deixam de ser a consequência lógica do modelo de exploração das classes dominantes para se converterem, artificialmente, em um déficit de performance moral do indivíduo.

Formação Ideológica

O quinto e último passo analítico consiste em identificar a Formação Ideológica (FI) que sustenta esses dizeres. Sob a ótica discursiva, a formação ideológica não é um mero conjunto abstrato de valores ou crenças individuais, mas uma estrutura que reflete as posições de classe e determina o que pode e deve ser formulado no interior do discurso. Compreender essa instância ideológica permite desvendar as injunções sociais, políticas e econômicas subjacentes à superfície textual, oferecendo o diagnóstico crítico final.

Neste *corpus*, a formulação insere-se de modo inequívoco na lógica neoliberal, materializando o que Mark Fisher (2020) define como a privatização do estresse e a responsabilização extrema do indivíduo. Trata-se da mesma engrenagem ideológica que interpela os sujeitos das classes trabalhadoras a acreditarem que são os únicos culpados por sua pobreza, pelo desemprego e pela escassez de oportunidades: "Os indivíduos culparão a si mesmos antes de culparem as estruturas sociais; estruturas que, em todo caso, foram induzidos a acreditar que de fato não existem (são apenas desculpas, invocadas pelos fracos)" (Fisher, 2020).

A ideologia dominante assujeita o indivíduo conferindo-lhe uma ilusão de onipotência: faz o sujeito crer que a solução para as crises estruturais (como a ambiental) reside em sua própria conduta, dotando-o do poder ilusório de transformar o mundo a partir de si mesmo. Conforme pontuam Dardot e Laval (2017), o neoliberalismo instaura a racionalidade da empresa como forma de vida:

> [...] menos da função específica do empreendedor dentro do funcionamento econômico do que da faculdade empresarial tal como existe em todo sujeito, da capacidade de se tornar empreendedor nos diversos aspectos de sua vida ou até mesmo de ser o empreendedor de sua vida. Em resumo, trata-se de fazer com que cada indivíduo se torne o mais *enterprising* possível (Dardot; Laval, 2017, p. 151).

O ideário do empreendedorismo transcende, assim, as esferas econômicas corporativas para se converter em um modo de subjetivação que permeia todos os espaços da vida. O cidadão é interpelado a gerir a própria moralidade e os próprios resíduos como quem gere uma empresa.

A frase no muro não opera, portanto, como uma simples campanha de ecologia, mas como um dispositivo para forjar o "empreendedor de si mesmo" no campo ambiental, blindando o capital e garantindo que as estruturas reais de produção continuem intactas.

Desdobramentos da análise: a ilusão do empreendedorismo e o apagamento do coletivo

Para demonstrar a reprodutibilidade do método, aplica-se o mesmo percurso analítico a um segundo enunciado. Na Figura 6, observa-se a materialidade: *"Não existe prêmio maior do que contribuir para o bem maior: a nossa saúde"*.

Figura 6: **Muro em Moçâmedes, Namibe.**



Fonte: Tirada pelos autores (2023).

O primeiro passo demanda a observação atenta das condições de produção. Embora a frase não mencione diretamente o vocábulo "lixo", é imperativo considerar o suporte físico que a materializa: o muro de um Ecoponto. Como preconiza a análise do discurso, um enunciado nunca

ocorre em um vácuo de sentidos. As relações entre o descarte adequado de detritos e a preservação da saúde já integram a memória coletiva.

Desse modo, o acontecimento enunciativo resgata e atualiza um memorável no qual a ação de depositar o resíduo no Ecoponto equivale ao cuidado sanitário. Caso essa exata formulação estivesse inscrita na parede de um posto de vacinação, as relações de sentido seriam distintas.

De acordo com Guimarães (2002), os sentidos dos elementos linguísticos são produzidos nas relações que estabelecem com os demais elementos do enunciado, com a materialidade do espaço e com a memória inscrita no discurso, a qual é diretamente atravessada pelo contexto político de sua enunciação.

Avançando para o mapeamento das marcas textuais, identifica-se a estrutura "Não existe prêmio maior do que contribuir [...]". Essa formulação atua como um modalizador que enaltece a ação de "contribuir", qualificando-a como superior a qualquer forma de recompensa tangível.

Sob essa perspectiva discursiva, opera-se um sutil deslocamento semântico. O "prêmio" deixa de funcionar como um estímulo externo ou uma remuneração por um trabalho realizado com um fim específico; a própria execução da ação passa a ser o prêmio. O cidadão é interpelado a trabalhar em prol da produção de um "bem maior", mas o pagamento por esse labor é tão somente a satisfação de tê-lo realizado.

Nesse movimento, a própria noção de "trabalho" e de "obrigação" do Estado é apagada, sendo substituída pela ideia voluntarista de "contribuir". Essa arquitetura textual reflete a mesma operação ideológica observada no meio corporativo, no qual empresas substituem palavras como "empregado" ou "trabalhador" pelo termo "colaborador" (Souza, 2021).

O objetivo desse eufemismo é ocultar a consciência da superexploração do trabalho, exaltando falsos valores de engajamento e liderança para que os próprios trabalhadores passem a vigiar seus pares e a supervalorizar a cultura da autogestão e do empreendedorismo.

A valorização do empreendedorismo e a premissa de que todos devem ser empresários de si mesmos constituem a base para a formação do sujeito interpelado pela racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2017). Na materialidade em análise, a enunciação é orquestrada por um Locutor (L) que fala a partir de um lugar institucional. Esse Locutor significa a "nossa saúde" como um "bem maior", mas o faz condicionando essa conquista à ação estritamente individual. Ao encenar esse ponto de vista, L impõe uma responsabilidade que desloca a saúde pública da esfera do direito para a esfera do esforço voluntário.

A estrutura argumentativa do enunciado abre espaço para uma rede de encadeamentos que reforça o individualismo, tais como: "Estamos fazendo nossa parte para a saúde comunitária" ou "Se cada um contribuir, todos se beneficiarão". Nesse jogo de sentidos, a saúde deixa de ser garantida por políticas públicas de saneamento para se converter no produto final de um suposto empreendedorismo coletivo.

Ao interrogar os dizeres silenciados nessa formulação, evidencia-se o total apagamento da responsabilidade macroestrutural. Ao condicionar a saúde pública à mera "contribuição" do descarte individual, o discurso invisibiliza sistematicamente outras formulações que orbitam o mesmo tema e que denunciam as ameaças primárias ao corpo coletivo. O resgate dessa rede parafrástica excluída revela o silenciamento de enunciados cruciais para o debate ambiental, tais como:

> **a)** A emissão descontrolada de gases tóxicos pelo setor industrial, que compromete de forma severa a saúde respiratória de populações inteiras;
> **b)** A contaminação dos recursos hídricos ocasionada pelo despejo irregular de efluentes corporativos, vetor direto de crises sanitárias;
> **c)** O uso sistêmico de matrizes sintéticas e de matérias-primas não orgânicas no ciclo produtivo, que intoxicam o meio ambiente e afetam diretamente a saúde humana;
> **d)** A lógica do consumo excessivo e a recusa da logística reversa por parte da indústria, práticas que esgotam os recursos naturais e, consequentemente, adoecem a sociedade.

Omitiu-se, portanto, de forma estratégica, o impacto agudo da estrutura produtiva na geração de passivos ambientais. Contudo, a eficácia desse dispositivo discursivo reside não apenas naquilo que ele esconde, mas no lugar em que encurrala o sujeito.

Ao transferir o peso da crise ambiental para a esfera do comportamento privado, o enunciado convoca para a ação um indivíduo que, isoladamente, é destituído de qualquer poder material para intervir contra essas forças sistêmicas. O sujeito comum nada pode fazer, sozinho, contra a emissão de gases industriais ou contra a contaminação de bacias hidrográficas.

Essa sequência lógica de extrema individualização gera, consequentemente, um efeito de dispersão no sujeito. Promove-se a ilusão de que a solução para a degradação ambiental reside no somatório de microações individuais, criando uma falsa sensação de agência.

Como resultado, opera-se um segundo apagamento discursivo: o da necessidade da consciência e da ação coletiva. O enfrentamento da lógica do consumo predatório e da poluição corporativa só é materialmente viável por meio de uma organização política conjunta. Assim, ao fechar a matriz de sentido na chave do "indivíduo culpado" e exigir dele uma ação impotente, a formação ideológica neutraliza a solidariedade e a mobilização coletiva, garantindo que as reais estruturas geradoras do problema permaneçam inquestionadas e intocadas.

Fica demonstrado, portanto, que tanto a primeira frase analisada neste artigo quanto a segunda estão submetidas à mesma matriz de sentidos. Ambas são filiadas a uma Formação Discursiva balizada pela ideologia neoliberal. Essa formação atua como o elemento determinante das condições de produção, ditando o que pode ser inscrito nos muros para garantir a manutenção do *status quo*.

É justamente essa coerção ideológica que permite ao poder público nomear como "Ecoponto" o que, na materialidade do espaço urbano, funciona como um lixão a céu aberto. O discurso educativo inscrito nos muros atua para maquiar a precariedade da infraestrutura, transferindo a culpa do fracasso sanitário para a suposta falta de "contribuição" cidadã, apagando a necessidade da ação coletiva e mantendo invisível a engrenagem que efetivamente produz e negligencia o descarte.

Resultados e discussões

O presente estudo buscou transcender a crítica temática às campanhas de conscientização ambiental ao propor e aplicar um dispositivo analítico metodológico. Fundamentado na Semântica Enunciativa e na Análise do Discurso foi possível demonstrar, na concretude da linguagem, como se opera a engrenagem discursiva de responsabilização do sujeito.

Nossa reflexão tomou como materialidade enunciados coletados em Ecopontos na cidade de Moçâmedes, em Angola. Nesses espaços, assim como em diversas outras partes do mundo, a relação predatória entre o modo de produção capitalista e a natureza tem gerado um cenário de degradação e comprometimento da qualidade de vida. Embora existam medidas governamentais angolanas de proteção à biodiversidade, a análise discursiva dos muros evidenciou que as campanhas de sensibilização ali inscritas operam um apagamento sistemático dos maiores responsáveis pela crise: a estrutura industrial e corporativa.

As constatações desta pesquisa oferecem uma contribuição ao campo ao tornarem visível o *modus operandi* dessa racionalidade operando na própria língua. Demonstrou-se como o discurso atua no sentido de fazer o cidadão internalizar princípios neoliberais. Por meio de marcas textuais específicas e do emprego de eufemismos em conceitos ligados ao trabalho e à infraestrutura pública, a linguagem produz no indivíduo a injunção de aplicar a performance competitiva e a autogestão como valores norteadores de sua conduta ambiental. A resistência a esse modelo é linguisticamente enquadrada como falha moral ou recusa em "colaborar", redefinindo a virtude apenas como a disposição ao empreendimento individual sem o questionamento do sistema produtivo.

Ao individualizar a responsabilidade de forma tão extremada, o discurso opera um de seus silenciamentos mais severos e estratégicos: o apagamento da saída pelo viés coletivo. A organização social e a mobilização política conjunta representam as únicas vias materiais capazes de confrontar as engrenagens das grandes corporações poluidoras e exigir mudanças estruturais (como a

efetivação da logística reversa). Contudo, ao encerrar o sujeito na chave isolada do agir individual e exigir dele soluções para as quais não possui agência material, a formação ideológica neutraliza a articulação solidária, gerando dispersão e garantindo que as matrizes de produção permaneçam inquestionadas.

Este trabalho não tem a pretensão de prescrever diretrizes, criar cartilhas ou ditar como as propostas e campanhas relacionadas à EA devem ser formuladas. Essa é uma seara de construção, planejamento e debate que pertence legitimamente aos pesquisadores e atores da própria área. O que a perspectiva discursiva oferece aqui é um instrumento metodológico de desnudamento.

Ao tornar palpável como a ideologia de mercado se materializa na sintaxe, no léxico e na gestão dos silenciamentos, que blindam o grande capital e dispersam o sujeito, a análise discursiva pode se colocar à disposição como uma ferramenta analítica e crítica. O dispositivo atua, assim, como uma lente capaz de expor as armadilhas neoliberais naturalizadas na linguagem, contribuindo para que a compreensão sobre a crise socioambiental possa ultrapassar as evidências forjadas pela superfície do texto.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 1. ed. São Paulo: Graal, 1985.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1983.

DARDOT, P., LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DE SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Parábola Editorial, 2024.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 1987.

DUCROT, O. Polifonía y argumentación: conferencias del seminario *Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Cali: Feriva, 1990.

DUCROT, O. Argumentação e "Topoi" Argumentativos. In: GUIMARÃES, E. *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

FISHER, M. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* 1 ed. Cotia: Autonomia literária, 2020.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento.* 1 ed. Campinas: Pontes, 2002.

HAROCHE, C., HENRY, P., PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, Langage, *Discours. Langages*, v. 24, p. 93-106, 1971. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1971_num_6_24_2608 Acesso em: 14 mai. 2024.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

NEVES, M. H. O coordenador interfrasal mas — invariância e variantes. *ALFA: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, v. 28, p. 21-42, 1984. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3665. Acesso em: 5 dez. 2025.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 1 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

SOUZA, J. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

VILELA, M. A «cena» da «acção linguística» aa perspectivação por DIZER e FALAR. *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas*, Porto, v. 11, p. 65-97, set. 2020. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/rll/article/view/8320. Acesso em: 14 mai. 2024.

Recebido em 7 e novembro de 2025
Aceito em 6 de janeiro de 2026